

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resolução de Afastamento nº 709/2011 2

Comunicado da Superintendência Administrativa 2

Atos Legislativos

Lei Complementar nº 188/2011 2

Lei nº 829/2011 2

Autógrafo - Projeto de Lei nº 073 e 084/2011 3

Projeto de Lei nº 091/2011 3

Ata da 2076ª Sessão Ordinária 5

Ata da 2078ª Sessão Ordinária 6

Ata da 2072ª Sessão Ordinária na Íntegra 7

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO

Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 709/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do servidor **FRANCISCO FERNANDES DE OLIVEIRA, Diretor Geral**, para a cidade de Brasília-DF, no dia 09.12.2011, aonde o mesmo estabelecerá trocas de experiências e informações de assuntos de interesse do Fórum de Diretores-Gerais de Casas Legislativas, que serão discutidos e aprovados o Estatuto e o Regimento do Fórum de Diretores-Gerais e demais documentos necessários a sua formalização jurídica, com ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de dezembro de 2011

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
COMUNICADO

Em virtude das últimas chuvas que caíram sobre nossa cidade, esta Superintendência Administrativa suspende todos os trabalhos desenvolvidos no prédio da ESCOLEGIS/SÃO FRANCISCO, uma vez que foram danificados os sistemas de comunicação de dados, telefonia e rede elétrica, o que requer manutenção em caráter prioritário, já contratados com previsão

para conclusão dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias. Boa Vista-RR, em 05 de dezembro de 2011

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo
LEISESTADUAIS
ATOS LEGISLATIVOS
LEI COMPLEMENTAR Nº 188, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011.
Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 003/94, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Os incisos X, XII e XIV do artigo 65, da Lei Complementar Estadual nº 003, de 07 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65. [...]

[...]

X – gratificação, em todos os casos de substituição cumulativa de atividades típicas de órgão de execução, por mais de 05 (cinco) dias úteis, no valor de até 10% (dez por cento) sobre seu subsídio, proporcionalmente ao número de dias acumulados, independentemente do número de substituições;

XI – [...]

XII – Procurador-Geral de Justiça, os Subprocuradores-Gerais, o Corregedor-Geral, o Ouvidor-Geral, o Secretário-Geral e os membros do Conselho Superior do Ministério Público perceberão pelo exercício de suas funções o percentual de 10% (dez por cento), incidente sobre seu subsídio, não sendo possível perceber cumulativamente a gratificação prevista no inciso X;

XIII – [...]

XIV – o Procurador ou Promotor de Justiça designado para assessorar ou auxiliar Órgãos da Administração Superior do Ministério Público, bem como, integrar Centros de Apoio Operacional, de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Coordenadorias ou Grupos Especiais de Atuação instituídos pelo Colégio de Procuradores, perceberá pelo exercício de suas funções o percentual de até 10% (dez por cento), não sendo possível perceber cumulativamente a gratificação prevista no inciso X.

Art. 2º Fica criado o §5º no artigo 65 da Lei Complementar nº 003/94, com a seguinte redação:

Art. 65. [...]

[...]

§5º Para fazer jus ao recebimento da gratificação prevista no inciso X, o membro do Ministério Público deverá ainda ter se manifestado nos feitos que deram entrada no referido órgão de execução, durante o período da sua substituição, sem prejuízo do atendimento de outras demandas.

Art. 3º As despesas resultantes da execução desta Lei Complementar correrão à conta dos recursos orçamentários do Ministério Público do Estado de Roraima.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2011.

Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
LEI Nº 829, 1º DE DEZEMBRO DE 2011.
Dispõe sobre consignações facultativas em folha de pagamento de servidores públicos das parcelas referentes a financiamento ou consórcio de imóvel e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Administração Pública Estadual, direta e indireta, observará, na elaboração da folha de pagamento dos servidores e empregados públicos, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas de quaisquer dos Poderes, as regras estabelecidas nesta Lei relativamente

às consignações facultativas em folha de pagamento das parcelas referentes ao financiamento ou consórcio de imóvel residencial.

Art. 2º A consignação facultativa imobiliária residencial consiste no desconto mensal das parcelas referentes a empréstimo, financiamento ou consórcio de imóvel residencial, obtido de instituição financiadora, devidamente cadastrada junto à Secretaria de Estado da Gestão e Administração - SEGAD.

Parágrafo único. As linhas de créditos citadas no **caput** abrangem qualquer modalidade de incorporação imobiliária, dentre as específicas na Lei Federal nº 4.591/64 e demais diplomas legais que regem a matéria.

Art. 3º A soma dos descontos obrigatórios admitidos em Lei e as demais consignações facultativas e obrigatórias mais a consignação facultativa imobiliária residencial terão como limite máximo 60% (sessenta por cento) dos rendimentos brutos fixos mensais dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 1º A consignação facultativa às entidades de representação de classe está incluída no limite constante do **caput**.

§ 2º Caso sejam ultrapassados os limites percentuais previstos no **caput**, a consignação facultativa imobiliária residencial terá preferência absoluta sobre as demais consignações facultativas.

Art. 4º Desde que respeitada a margem consignável prevista no art. 3º, o Estado respeitará as condições livremente pactuadas entre o servidor e a instituição financiadora, inclusive quanto ao prazo do financiamento ou consórcio.

Art. 5º: A consignação facultativa imobiliária residencial somente será cancelada se o servidor e a instituição concordarem.

Art. 6º A Administração Estadual, direta e indireta, não responderá pela consignação facultativa imobiliária residencial, nos casos de perda de cargo ou emprego ou insuficiência de limite da margem consignável sobre os rendimentos brutos mensais dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas.

Art. 7º Em casos de perda de cargo ou emprego, poderá o servidor ou empregado público firmar contrato com o financiador, num prazo de 30 (trinta) dias, para continuidade do pagamento das parcelas referentes ao financiamento ou consórcio do imóvel residencial.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2011.

Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA

Presidente

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 073/11.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal e da Lei Estadual nº 802, de 17.01.2011, no percentual de 5% (cinco por cento), para o exercício de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de março de 2011, nos termos da Lei Estadual nº 802, de 17.01.2011.

Palácio Antônio Martins, 01 de dezembro de 2011.

Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Dep. JALSER RENIER

1º Secretário

Dep. REMÍDIO MONAI

2º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 084/11.

Altera dispositivos da lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os quantitativos de vagas para os cargos de Bioquímico e Enfermeiro, fixados no Anexo I, Tabela I, da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, passam a vigorar de acordo com o Anexo I, Tabela I, desta Lei.

Art. 2º O quantitativo de vagas para o cargo de Técnico em Radiologia, fixado no Anexo I, Tabela II, da Lei nº 392, de 14 de agosto de 2003, passa a vigorar de acordo com o Anexo I, Tabela II, desta Lei.

Art. 3º As vagas criadas por esta Lei destinar-se-ão aos municípios constantes do Anexo II, e seus ocupantes serão contratados nos termos das Leis nºs 323, de 31/12/2001; 809, de 04/07/2011; e 818, de 10/08/2011.

Art. 4º As despesas resultantes da aprovação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2011.

Dep. FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Dep. JALSER RENIER

1º Secretário

Dep. REMÍDIO MONAI

2º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 084/11.

ANEXO I

QUADRO GERAL DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE RORAIMA

TABELA I

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CLASSE – PADRÃO – REFERÊNCIA GRUPO OCUPACIONAL – QUANTITATIVOS

CARGO	CLASSE	PADRAO/ REF. INICIAL	G.O.	QUANT.
Bioquímico	I	11-E	SBE	83
	II		TCP	50
	III			33
Enfermeiro	I	12-C	SBE	327
	II		TCP	196
	III			131

TABELA II

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CLASSE – PADRÃO – REFERÊNCIA

GRUPO OCUPACIONAL – QUANTITATIVOS

CARGO	CLASSE	PADRAO/ REF. INICIAL	G.O.	QUANT.
Técnico em Radiologia	I	6-A	SBE	73
	II			44
	III			29

PROJETO DE LEI Nº 084/11.

ANEXO II

PROPOSTA DE VAGAS PARA O PROCESSO SELETIVO

QUADRO DE VAGAS PARA OS MUNICÍPIOS

ORD.	MUNICÍPIOS/ LOCALIDADES	ENFERMEIRO	BIOQUÍMICO	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	TOTAL
01	UIRAMUTAN/SEDE	3	-	-	3
02	AMAJARI/SEDE	3	-	-	3
03	CAROEBE/SEDE	3	1	-	4
04	IRACEMA/SEDE	3	1	-	4
05	NORMANDIA/SEDE	3	1	2	6
06	RORAINÓPOLIS/SEDE	6	1	5	12
07	CARACARAI/SEDE	6	-	1	7
08	ALTO ALEGRE/MALOCA DA BARATA	2	-	-	2
09	MUCAJAI/SEDE	6	2	2	10
10	PACARAÍMA/SEDE	4	1	2	7
11	ALTO ALEGRE/SEDE	3	-	1	4
12	RORAINÓPOLIS/SANTA MARIA	2	-	-	2
13	BONFIM/SEDE	2	1	2	5
14	SÃO JOÃO DA BALIZA/SEDE	2	1	-	3
TOTAL		48	9	15	72

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 091/2011

Autoriza o Poder Executivo, instituir o Programa de Parcelamento Especial no Estado

de Roraima, para liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Relevância: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO DHIEGO COELHO FOGAÇA

PROJETO DE LEI n° _____ de 2011.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Parcelamento Especial no Estado de Roraima, visando à liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nos termos desta lei.

Art. 2º - São objeto do Programa de Parcelamento Especial os débitos fiscais relacionados com o ICMS vencidos entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

§ 1º - O Programa de Parcelamento Especial alcança os créditos tributários constituídos formalmente ou confessados espontaneamente pelo contribuinte, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.

§ 2º - Na hipótese de pedido de parcelamento de débito ajuizado, deverá ser ouvida a Procuradoria Fiscal.

§ 3º - Entende-se por créditos tributários a consolidação resultante do somatório dos valores do imposto, juros e multas.

§ 4º - Aplica-se também o parcelamento previsto no caput deste artigo ao contribuinte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional), desde que o débito não seja oriundo da sistemática do Simples Nacional.

§ 5º - Não serão alcançados pelos benefícios previstos nesta lei os créditos tributários, formalizados ou não nos termos do § 1º deste artigo, originados em decorrência de substituição tributária prevista em Convênios e Protocolos ICMS, energia elétrica e comunicação.

Art. 3º O programa de Parcelamento Especial compreende a redução da multa e dos juros de mora para pagamento do crédito tributário de que trata o artigo anterior, à vista ou em até 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, a requerimento do interessado, dos débitos vencidos entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010.

§ 1º A inclusão do crédito no Programa de Parcelamento Especial somente se efetiva com o pagamento da primeira parcela.

§ 2º Nenhuma das parcelas subsequentes poderão ter valor inferior ao da primeira parcela.

§ 3º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, optante pelo Simples Nacional e não inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

§ 4º Ao contribuinte que aderir ao Programa de Parcelamento Especial, será concedida redução sobre a proporção dos acréscimos moratórios de juros e multas dos créditos tributários inclusos na parcela, na seguinte forma:

I – em até 06 parcelas redução de	95%
II – de 07 até 12 parcelas redução de	90%
III – de 13 até 18 parcelas redução de	85%
IV – de 19 até 24 parcelas redução de	75%
V – de 25 até 30 parcelas redução de	50%
VI – de 31 até 36 parcelas redução de	40%
VII – de 37 até 60 parcelas redução de	30%

§ 5º Sobre as parcelas de que trata este artigo, a partir da segunda, incidirão juros correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC mensal.

§ 6º Ocorrendo o pagamento antecipado das parcelas, os juros vencidos exigidos serão correspondentes ao somatório da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC mensal, até a data do efetivo pagamento.

Art. 4º Perderá o direito à redução a empresa que atrasar o pagamento de qualquer parcela ou notificação de débito;

Parágrafo único. Perderá, também, os benefícios deste decreto a empresa que praticar atos que visem diminuir, no todo ou em parte, ilicitamente, os tributos Estaduais.

Art. 5º Para o contribuinte que possuir parcelamento em vigor,

as parcelas vencidas e não pagas, bem como as vincendas, poderão ser incluídas no novo parcelamento, aplicando-se a redução definida no artigo da seguinte forma:

I – para a parcela vencida, a redução será calculada sobre os juros e multas incidentes sobre a parcela;

II – para as parcelas vincendas, a redução será calculada sobre a proporção de encargos de juros e multas dos créditos tributários inclusos na parcela.

Art. 6º O prazo para o contribuinte habilitar-se aos benefícios do Programa de Parcelamento Especial encerrar-se-á no dia 30 de abril de 2012.

Art. 7º Os contribuintes que não se habilitarem no prazo previsto no artigo anterior estarão sujeitos às normas da Legislação do ICMS em vigor.

Art. 8º O pedido de parcelamento deverá ser dirigido à autoridade competente, devendo ser apresentado na jurisdição do solicitante, mediante requerimento em que constem os dados cadastrais e a quantidade de parcelas requeridas e, sendo obrigatoriamente instruídos com os seguintes documentos:

I – Termo de Compromisso, assinado pelo responsável ou representante legal;

II – Demonstrativo de Parcelamento;

III – Comprovante do recolhimento correspondente à primeira parcela.

§ 1º Os documentos enumerados nos incisos I, II serão juntados pelas gerências do órgão que receber o pedido de parcelamento.

§ 2º Quando o pedido de parcelamento for realizado por procurador do solicitante deverá ser instruídos com fotocópia da cédula de identidade e do CPF do mandatário e do instrumento de mandato com poderes específicos para o parcelamento, com o endereço do mandatário para fins de intimação.

§ 3º Será indeferido o pedido de parcelamento que estiver em desacordo com o disposto no caput deste artigo.

Art. 9º A opção pelo Programa de Parcelamento Especial implica a confissão irrevogável e irretirável dos débitos fiscais e a expressa renúncia de qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos.

Art. 10º A inadimplência por três meses, consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, implica na renúncia tácita do parcelamento pelo contribuinte, do vencimento imediato das demais parcelas, inscrição do débito na dívida ativa do Estado, com o conseqüente processo de execução fiscal.

Art. 11º Os benefícios de que trata este decreto não autorizam a restituição de importâncias já pagas.

Art. 12º A gerência do órgão do contribuinte uma via do Termo de Compromisso de Parcelamento e Demonstrativo de Parcelamento assinado pela autoridade competente.

Art. 13º A Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz, fica autorizada a estabelecer outras normas necessárias à fiel execução dos atos de que trata este decreto, inclusive exigir garantias para a homologação do parcelamento.

Art. 14º A Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz, promoverá a realização de convênios com outros órgãos para incentivar, através da orientação ao contribuinte, a regularidade fiscal das empresas.

Art. 15º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

As promoções do desenvolvimento comercial bem como seus subsetores dependem da colaboração e parceria do Estado. Verifica-se, no entanto que o Estado de Roraima possui amplamente em sua história governamental a prática do incentivo e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. O desenvolvimento sustentável requer a reflexão, observação e pesquisa aprofundada nas mais variadas áreas do conhecimento humano até aqui produzido.

Faz-se, portanto, necessária, a implementação e gestão de meios que proporcionem progresso de forma planejada e contínua, visando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no escopo do capital circulante. Portanto torna-se indispensável que o Estado proporcione em matéria tributária, o contínuo crescimento e o desenvolvimento.

Diante do exposto, considerando tratar-se de matéria relevante, contamos com o empenho dos senhores (as) deputados (as) para célere apreciação e aprovação deste projeto de lei.

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septuagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Erci de Moraes** para atuar como Primeiro Secretário **ad hoc**. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário **ad hoc** proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memo nº 282/11, de 24/11/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 24/11/11; Memo nº 029/11, de 24/11/11, da Deputada Angela A. Portella, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 24/11/11. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 050, de 24/11/11, comunicando veto total ao Projeto de Lei nº 033/11, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de informações em braile nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis, farmácias e demais estabelecimentos comerciais afins”. **EXTERNO:** Ofício Circular nº 013/11, de 24/11/11, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, comunicando inabilitação de gestor público; Ofício nº 216/11, de 25/11/11, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando que, no dia 30/11/11, às 10h30min, será realizada Sessão Especial do Tribunal Pleno, para apreciação e emissão de Parecer Prévio relativo ao processo nº 0290/2009 - Prestação de Contas do Governador do Estado; CT/Oi - 100-PNBL, de 01/11/11, da Operadora de Telefonia Oi, informando a disponibilização do serviço de internet banda larga Oi Velox no Município de Rorainópolis; Ofício Circular nº 003/11, de 21/11/11, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, encaminhando 03 exemplares do informativo intitulado NECAR Informa 4; Ofício nº 7155/11-SR/DPF/RR, de 21/11/11, da Superintendência Regional no Estado de Roraima, respondendo ao Ofício nº 00302.Gab.Pres/ALE, referente à Operação Baixo Rio Branco; Ofício nº 403/11-GABPGM, de 24/11/11, da Procuradoria-Geral do Município, informando a nomeação e posse do Procurador-Geral e do Procurador-Geral Adjunto do Município; Ofício nº 1488/11, de 25/11/11, da Universidade Estadual de Roraima, encaminhando relação dos locais e o quantitativo de graduandos, para fins de agendamento de participação nas cerimônias de colação de grau daquela Universidade; Ofício nº 3.043/11, de 28/11/11, da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos hídricos, solicitando que esta Casa reveja a Lei Estadual nº 516/06. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Flamarion Portela** reportou-se à aprovação de uma emenda, de autoria da Senadora Angela Portela, na Comissão do Meio Ambiente, que permite aos Estados da região Norte com sessenta e cinco por cento do seu território ocupado com áreas indígenas e áreas de preservação ambiental explorar, ao invés dos vinte por cento atualmente permitidos, cinquenta por cento da área restante. De acordo com o Senhor Parlamentar, a proposta foi elaborada pela Senadora e a classe produtora do Estado e, posteriormente, apresentada na Comissão, tendo sido amplamente debatida entre os Membros, a Ministra do Meio Ambiente e o Relator, Jorge Viana, aguardando, agora, aprovação no Senado federal. Finalizando, ressaltou que a proposição favorecerá o Estado e transformará em realidade o anseio da classe produtora, destravando o desenvolvimento de Roraima. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** iniciou falando sobre sua participação na última reunião da UNALE, ocorrida no dia 21 do corrente, juntamente com os Senhores Deputados Coronel Chagas e Ionilson Sampaio, onde foram discutidos assuntos de relevância para esta Casa e para o Estado. De acordo com o Parlamentar, o primeiro assunto da pauta tratou de um Planejamento Estratégico e da criação de um Conselho Gestor, que já se encontram em fase de relatório conclusivo, permitindo ao Parlamentar continuar participando da diretoria da UNALE, em

época de pleito eleitoral, sem precisar se licenciar ou ser exonerado. Continuando, destacou que os membros da UNALE propuseram priorizar a dívida dos Estados para com a União, com ênfase para a Saúde (Tabela do SUS e Saneamento Básico) e Educação, no que diz respeito ao Piso Salarial, ressaltando que o Deputado Alencarzinho, membro da UNALE, sugeriu que cada Assembleia que tenha dívida com a União crie uma Comissão Especial da Dívida para acompanhar a situação. Prosseguindo, relatou uma palestra proferida pelo grupo italiano TECNODELTA sobre desenvolvimento sustentável centrado na tecnologia LED, através de um conceito versátil, eficiente e econômico de iluminação urbana, que, segundo o Senhor Parlamentar, poderia muito bem ser utilizado pelo Estado e pelo País, como forma de economizar energia, destacando que essa tecnologia já está sendo testada em pequenas cidades italianas, com bastante sucesso. Continuando, informou que o último tema da reunião foi a Previdência Complementar, assunto que, de acordo com o Senhor Deputado, os membros da UNALE fazem questão de discutir pessoalmente, através de visitas a todas as Assembleias, como forma de acelerar a solução do problema. Finalizando, parabenizou os Senadores Angela Portela e Romero Jucá, manifestando sua satisfação em ver os parlamentares federais mostrando dedicação e empenho para o bem do Estado, especialmente pela aprovação da emenda apresentada na Comissão do Meio Ambiente do Senado, que permite aos Estados que possuem mais de sessenta e cinco por cento de suas áreas esterilizadas por reservas indígenas ou ecológicas explorar cinquenta por cento da área restante, pois acredita que só assim o Estado poderá viabilizar e acelerar o seu desenvolvimento. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** iniciou chamando a atenção para o fato de que, desde que declarou oposição ao Governador Anchieta Junior, vem sofrendo ameaças de morte, as quais se intensificaram este ano. Prosseguindo, ressaltou que, apesar de ter conhecimento da elaboração de um dossiê sobre sua pessoa, inclusive, com manobras, na tentativa de prendê-lo, juntamente com seus aliados, jamais se intimidará, pois não concorda com a corrupção que impera neste Governo. Continuando, disse ter sido informado que o Senhor Deputado Rodrigo Jucá teria afirmado em uma reunião que tinham que detê-lo, nem que fosse com a prisão de sua esposa, destacando que, há um ano, formalizou denúncia às Polícias Civil e Federal com relação a essas ameaças, porém só agora foi intimado a prestar depoimento. Finalizou destacando que se algo lhe acontecer ou a sua família todos sabem quem são os autores. O Senhor Deputado **Coronel Chagas**, inicialmente, parabenizou a Polícia Militar pelos 36 anos de criação, comemorados no dia 26 de novembro, ressaltando a sua importância para a sociedade roraimense. Após, prestou homenagem aos policiais militares da ativa, na pessoa do seu Comandante, Coronel Gleison Vitória da Silva, bem como, à então Guarda Territorial, pelos trinta e um anos de relevantes serviços prestados ao Território de Roraima, antes da criação da Polícia Militar, em especial, àqueles que perderam suas vidas no exercício da profissão. Prosseguindo, fez um apelo aos seus Pares para que, quando da discussão da Lei Orçamentária e do PPA, destinem recursos aos órgãos de segurança do Estado, no sentido de melhorá-los com material humano, realizando concurso público, bem como, com a compra de equipamentos tecnológicos, tanto para fiscalização eletrônica das avenidas quanto para o monitoramento por câmeras, para que o Estado tenha uma segurança mais efetiva. Após, chamando a atenção para o índice de violência, que, segundo o Senhor Parlamentar, aumentou significativamente nos últimos anos, destacou a importância da realização de concurso público urgente, lembrando que, no ano de mil novecentos e noventa, quando o Estado tinha pouco mais de cento e oitenta mil habitantes, apenas sete municípios e um presídio, a Polícia Militar contava com mil, trezentos e sessenta e quatro integrantes; e, hoje, quando o Estado tem uma população de mais de quatrocentos e cinquenta mil habitantes, um aumento de mais de cento e cinquenta por cento; quinze municípios, dezenas de vilarejos; todos os Poderes instalados; cinco presídios e mais dois em fase de conclusão, a Polícia Militar conta com um efetivo de menos de mil e quinhentos homens, de modo que, em sua opinião, é natural que a corporação não consiga atender a demanda. Na opinião do Senhor Parlamentar, é lamentável que, até o presente momento, o Governo do Estado não tenha lançado o edital do concurso público para a PM, ressaltando que das seiscentas vagas que seriam destinadas, apenas trezentas serão abertas, quando o

Estado precisa de, pelo menos, mais mil policiais militares para poder atender a demanda crescente por segurança. Finalizou parabenizando, mais uma vez, a Polícia Militar pelos trinta e seis anos de criação e pelos relevantes serviços prestados à sociedade roraimense. **HORÁRIO DE LIDERANÇA:** O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá**, reportando-se ao pronunciamento do Senhor Deputado Mecias de Jesus, afirmou que o referido Parlamentar vem tentando, de maneira insistente, envolvê-lo, através de acusações infundadas, numa briga na qual está descartada sua participação. Prosseguindo, informou que acionará a Corregedoria da Assembleia Legislativa, solicitando que apure as denúncias feitas pelo Senhor Parlamentar. Finalizando, propôs um acordo ao Senhor Deputado Mecias de Jesus, colocando-se a sua disposição para pagar um psicólogo e advogados para sua defesa. **ORDEM DO DIA:** Não houve. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** solicitou maior empenho da assessoria técnica da Casa, no intuito de evitar o constante pedido de arquivamento dos projetos apresentados em Plenário. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** solicitou informações da Mesa Diretora sobre o cancelamento da Ordem do Dia, uma vez que existiam projetos relevantes na pauta, citando, como exemplo, o Projeto de Lei nº 073/11, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. O Senhor Presidente informou que a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. O Senhor Deputado **Célio Wanderley** demonstrou sua insatisfação com a transferência da pauta da Ordem do Dia, sem prévia comunicação, uma vez que vários Projetos de grande relevância seriam votados. O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** convidou as Comissões em conjunto para uma reunião, após o término da Sessão, com o objetivo de apreciar os Projetos em pauta, visando dar celeridade na votação das matérias. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** convidou os membros da Comissão Especial criada através da Resolução nº 34/11 para uma reunião, no dia 30 do corrente, às 15h, no Plenário, para apreciação e deliberação do Projeto de Lei Complementar nº 025/11 e do Projeto de Lei nº 078/11, ambos de autoria do Poder Executivo. Após, opinou que não haveria necessidade de se criar Comissões Especiais para apreciação de matérias, se a Casa respeitasse o prazo regimental dado às Comissões Permanentes. O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** solicitou à Mesa Diretora que cobre dos membros das comissões urgência na análise dos Projetos, para que possam constar na pauta da Ordem do Dia, sem que a Sessão seja interrompida para reunião de comissões. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** registrou sua visita ao Estado do Maranhão, como diretor da Associação Nacional dos Praças, onde constatou que a Governadora daquele Estado, a exemplo do Governador do Estado de Roraima, está humilhando os policiais e bombeiros. Continuando, ressaltou que só vota favorável a projetos do Governo que sejam de suma importância para a sociedade. Finalizou informando que não se intimidará na sua luta em favor dos Praças, tanto em nível nacional como estadual. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** informou ao Senhor Deputado Mecias de Jesus que o Projeto do Tribunal de Contas foi lido na Sessão do dia vinte e sete de setembro do corrente ano, assim como o Projeto do IPER foi lido no último dia quatro. De acordo com a Senhora Parlamentar, existem vários projetos relevantes tramitando na Casa, solicitando empenho das comissões na análise dos mesmos. Finalizando, manifestou sua indignação com uma matéria veiculada em jornal local dando conta de que desembargadores estariam sendo aliciados em troca de paçoca para suas esposas, solidarizando-se com o Judiciário de todo o País pela forma desrespeitosa como está sendo tratado. O Senhor Deputado **Remídio Monai**, como membro do G5, informou que havia um acordo para que cinco projetos fossem votados, incluindo o do Tribunal de Contas, porém, segundo o Senhor Deputado, como houve insistência para incluir o Projeto do IPER, apesar de não ter sido devidamente analisado e ainda se encontrar na Comissão Especial, em prazo regimental, para análise, os demais Projetos não foram votados, devido à inclusão do referido Projeto. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente em exercício, Deputada **Aurelina Medeiros**, encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 30, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo**

Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada em: 30/11/2011

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septuagésima oitava Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalsler Renier**, proceder à leitura do Expediente: **EXTERNO:** Comunicado nº AL133919/2011, de 18/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Estaduais e Municipais. Comunicados nºs AL137534/2011 e AL137535/2011, de 24/10/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Estaduais e Municipais. Comunicados nºs AL140676/2011 e AL140677/2011, de 08/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Estaduais e Municipais. Comunicados nºs AL162148/2011 ao nº AL162160/2011, de 22/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de Escolas Estaduais e Municipais. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a audiência pública sobre a Educação foi cancelada, em virtude da impossibilidade do comparecimento da Secretária da pasta, ressaltando que uma nova data será marcada e confirmada por este Poder. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional nº 03/11, que modifica o artigo 174 da Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria do Deputado **Coronel Chagas**; em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 025/11, que altera dispositivos das Leis Complementares nºs 030, de 30 de junho de 1999, 054, de 31 de dezembro de 2001, e 079, de 10 de outubro de 2004, que revoga a Lei Complementar nº 181, de 08 de julho de 2011, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; e, em turno único, do Projeto de Lei nº 078/11, que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Após, através de Requerimento verbal, o Senhor Deputado Mecias de Jesus pediu vistas ao Projeto de Lei Complementar nº 025/11 e ao Projeto de Lei nº 078/11. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente informou que todos os Projetos foram retirados da pauta da Ordem do Dia, sendo transferidos para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pediu providências da Mesa Diretora com relação a um ofício encaminhado à Secretaria de Educação, solicitando cópia do processo que trata da denúncia de superfaturamento de quase onze milhões de livros, cujo prazo expirou no dia 18 de novembro, no entanto, até o momento não se obteve resposta. Finalizou informando que, se o ofício não for reiterado, acionará sua assessoria jurídica para buscar, através de habeas data, cópia do referido processo. O Senhor Presidente comunicou ao Senhor Deputado Soldado Sampaio que já foi encaminhado documento à Secretaria de Educação reiterando a solicitação. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**, reportando-se aos profissionais da área da educação presentes nas galerias, ressaltou que a culpa pela suspensão da audiência pública com a Secretária de

Educação não foi desta Casa. Finalizando, assumiu o compromisso, com a prévia concordância da presidência da Casa, de marcar outra data para a audiência, antes da discussão do orçamento, para que a educação do Estado não seja prejudicada. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 06, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 06/12/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2072ª SESSÃO, EM 17 DE NOVEMBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DA SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezessete de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septuagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito a Senhora Segunda Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda Secretária (**Aurelina Medeiros**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

.RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Ofício nº 096/2011, de 10/11/11, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na Sessão Ordinária dos dias 09 e 10/11/11. Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, declarando de Utilidade Pública a Fazenda Esperança Nossa Senhora de Guadalupe.

.Proposta de Emenda Constitucional s/nº, de vários Deputados, dando nova redação ao Artigo 20-D, acrescenta e altera parágrafos do Artigo 101, e acresce o Artigo 101-A, da Constituição Estadual, e dá outras providências.

.EXTERNOS:

.Ofício nº 924 tr-MI/SECEX, de 16/09/11, da Secretaria Executiva, comunicando a transferência de recursos financeiros.

.Ofício nº 076/HP/ASSUBSAR/2011, da Associação dos Subtenentes, Oficiais administrativos e Sargentos da Polícia Militar do ex-Território Federal de Roraima, encaminhando proposta referente ao quadro QEPM/BM.

.Ofício nº 14/2011, de 11/11/11, do Sindicato dos Analistas Ambientais de Roraima, encaminhando a Proposta de Lei que altera a Lei nº 537 de 24/03/2006, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores da Fundação Estadual do Meio Ambiente, bem como a Lei nº 647, de 08/04/2008 e o Projeto de Lei que institui a Taxa de Serviços Administrativos em favor da FEMARH/RR.

.Ofício nº 219, de 10/11/11, da Codesaima, encaminhando solicitação feita através do Ofício/Pres. SL nº 118/11.

Era o que constava do Expediente Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, visitantes nesta manhã de hoje,

quero usar a tribuna para me reportar a matéria da Folha de Boa Vista que diz que os moradores do Paredão estão clamando pelo nosso apoio, para pedirmos ao Governo do Estado que se posicione pela conservação das estradas e vicinais, estradas essas que estão intratáveis e, devido a isso, os moradores estão sem poderem tirar seu sustento, trafegar para vir à cidade fazerem seus afazeres irem a outros municípios. É pedido, Senhor Presidente, deste Parlamentar desde março, através de ofício, indicações ao Governo pela comemoração das vicinais. Sou Presidente da Comissão de Agricultura e me cabe esse papel de estar pedindo, mas o Governo parece que entende isso como crítica. Não é crítica, eu não vim para a Assembleia Legislativa, eu não fui votado pelo povo para estar só fazendo críticas ao Governador, são sugestões, pois todos sabem que em Roraima o inverno começa em março, se não há nenhuma vicinal pronta e nem licitada, em março começa o inverno e aí não se faz mais nada, pois água e terra não se unem, e o Estado vai ficar, infelizmente, em estado de emergência ou calamidade pública por falta de conservação das vicinais. Deputado **Remídio Monai**, fomos, no mês passado, em Alto Alegre, na vicinal 13, e os carros, estão passando em cima de duas toras de madeira, o ônibus escolar está deixando de buscar os alunos por falta de conservação das vicinais. Eu acredito que é dever do Estado sim, o Governador está brincando de administrar o Estado de Roraima que é o lar de todos nós, dos meus filhos, dos filhos dos Senhores e dos filhos dos moradores de Roraima. É preciso que o Governador tome para si a responsabilidade de fazer jus ao cargo que está exercendo. À respeito da vicinal 18, no município de São Luiz do Anauá, eu já fiz duas indicações ao Governador. Saiu uma matéria na Folha de Boa Vista, semana passada, e aquilo é a pura realidade, o ônibus existe, está lá parado e não pode ir nem para frente e nem para trás porque as pontes não aguentam mais não. Na vicinal 19, Deputado **Célio Wanderley**, do São Luiz do Anauá, depois de seis meses o tráfego foi liberado porque fizeram um paliativo lá, mas na primeira chuva ela voltará a ficar interditada, a vicinal 21, do São Luiz do Anauá, que dá acesso à Serra Dourada, é a mesma coisa, na primeira chuva ela vai interditar por falta de conservação. Por isso, estamos pedindo aos Senhores, ao Presidente **Chico Guerra** que leve ao conhecimento do Governador, que peça a Secretaria de Infraestrutura que faça esses serviços o mais rápido possível, pode fazer até em termo de urgência, porque o povo, infelizmente, está deixando de produzir, de escoar o pouco que produz porque as estradas não têm trafegabilidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Remídio Monai** – Eu estive em São Luiz e fui até o final, no rabo da cobra, e realmente a vicinal 18 está numa situação deplorável, em péssimas condições. Eu coloquei uma emenda este ano para que fosse recuperada a vicinal 18. Palavras do Secretário de Infraestrutura, Caca, que no mês de dezembro as máquinas entram para fazer a vicinal 18 e 19 de São Luiz. Segundo o Secretário, eu poderia garantir em São Luiz que as obras começam em dezembro, e levar essas informações que o Secretário prometeu que as obras começam em dezembro. É difícil você ver as pessoas, crianças saindo do final da vicinal andando 18 quilômetros a pé para poder ir até aonde o ônibus consegue chegar, para poder estudar na cidade. Isso, infelizmente, tira as pessoas dos seus lotes, faz o êxodo rural aumentar cada vez mais, faz com que as cidades inchem por falta de infraestrutura dos colonos se manterem nos seus lotes.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Deputado **Remídio Monai**, será que é dezembro desse ano? O Deputado Marcelo Natanael também, há uns dois meses atrás, foi à Secretaria de Obras pedir a confirmação do Secretário para que as obras da feira do Buritis tivessem andamento, e veio a tribuna dizer que na segunda-feira as obras iriam começar, mas ele também não falou qual segunda-feira, pois até hoje as obras não começaram. Peço a Deus que seja dezembro desse ano.

Gostaria de pedir ao Deputado **Chicão da Silveira** que explicasse a questão da região de Alto Alegre.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Eu queria cumprimentar Vossa Excelência e louvar sua preocupação com as estradas e vicinais, pois a conservação dessas é o mínimo que um Governo pode fazer para dar condições, principalmente ao agricultor da agricultura familiar, de escoar sua produção. Ninguém mais do que eu tem interesse, pois morei na vicinal há 30 anos, de que possamos recuperar a vicinal São Paulo. Realmente há a necessidade da recuperação, isso tem sido cobrado. O Paredão de 52 quilômetros de estradas que já foi licitado, a empresa não começou em decorrência das chuvas. Empresa nenhuma, enquanto não estiver totalmente, as

chuvas, vai colocar seu maquinário lá para começar a trabalhar. De todas as vicinais citadas no jornal, só a 10 não foi contemplada, as demais todas foram, às vezes não na sua totalidade, mas nas áreas exigidas para serem recuperadas. Hoje, a maior produção de carne, peixe e grãos do Estado vem daquela região. Então, é obrigação do Governo recuperar essas estradas.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Eu sou empresário da construção civil há 25 anos e sei que essa desculpa de chuva não é muito aceitável, porque quando chove durante o dia, os trabalhadores trabalham à noite. Na iniciativa privada é assim. Se as máquinas estivessem lá, paradas, sem trabalhar, tudo bem, mas dizer que já foi licitado. Eu acho que a recuperação das estradas é mais um alento aos moradores daquela região.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Em relação ao Sul do Estado, eu não vi nenhum noticiário sobre a recuperação de estradas vicinais, mas em relação ao município de Alto Alegre, vi e li no jornal Roraima Hoje, há uns 20 dias atrás, um edital de licitação pública para a recuperação de várias vicinais daquele município. Se vai começar esse ano ou não, eu não sei. Agora, quando se coloca um edital e faz uma licitação, eu acredito que estão sendo utilizados recursos do orçamento deste ano. Então, que a obra seja iniciada ainda neste ano, porque ainda há tempo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Só para esclarecer, em resposta ao questionamento feito pelo Deputado **Brito Bezerra**, foi a informação repassada pela Secretaria de Infraestrutura, não foram palavras minhas de que a obra começaria na segunda-feira, eu estava apenas repassando a informação, naquela época, como vice-líder do Governo. Infelizmente as obras não começaram, mas é direito de qualquer Deputado buscar esses esclarecimentos.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Foi isso, Deputado, que eu falei, que o Secretário prometeu, garantiu e não começou. Deputado Joaquim, eu quero dizer ao Senhor, como prefeito que já foi, que quando se lança um edital há no mínimo 90 dias para a empresa estar com a ordem de serviço. Quando isso ocorre bem, e quando não ocorre, como no Estado de Roraima em 6 meses estaremos no inverno, aí não se faz mais nada em terraplanagem. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou usando a Tribuna nesta manhã para convidar os Deputados desta Casa, servidores e todos que quiserem se fazer presente para, no dia 24 e 25 deste mês, no Estado do Amazonas, participarem da terceira reunião do Parlamento Amazônico deste ano, onde serão debatidos assuntos de interesse do nosso Estado e do Estado do Amazonas. Já há com a presença confirmada de várias autoridades do Brasil, o Governador do Amazonas, de Rondônia e de vários Senadores que estarão presentes para discutirem interesses da Amazônia. Gostaria Presidente, Deputado **Chico Guerra**, que Vossa Excelência se fizesse presente, bem como todos os Deputados. Acabei de conversar com o Presidente e ele se comprometeu comigo de que autorizaria os Deputados que quiserem se fazer presente a participarem. O Parlamento Amazônico é nosso, é da Amazônia e o Presidente ainda é desta Casa. Quero ainda, neste ano, talvez senão agora em Manaus, mas ainda em dezembro, se for possível, fazer a eleição para eleger o novo Presidente para o próximo ano, embora o meu mandato só termine em fevereiro, pois a gente sempre faz a eleição no mês anterior. Os colegas não querem que façamos agora em Manaus, apenas em fevereiro, mas o meu desejo é que seja feita agora, porque ser Presidente de um Parlamento Amazônico não é mole não. Eu não tenho mais interesse de continuar como Presidente e quero passar para o próximo Estado onde de fato há acordo dos Estados. Se eu não me engano, o próximo Presidente do Parlamento seria de Mato Grosso ou de Tocantins e eu gostaria de refazer o convite e dizer que a pauta é de interesse de todos. Foi enviado ao gabinete de Vossas Excelências a pauta e para mim, seria uma honra muito grande poder contar com a presença dos colegas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Eu acho que seria importante fazer esse apelo ao nosso Presidente da Casa para que vá um número significativo de Deputados até para lhe prestigiar, como um Deputado do nosso Estado presidindo o Parlamento nessa que poderá ser a sua penúltima reunião como Presidente do Parlamento. Por outro lado, o tema que vai ser debatido, a importância do Amazonas nesse processo de desenvolvimento da nossa Amazônia é muito importante. Portanto, lá é uma caixa de ressonância muito grande para esses debates que ocorrerão na reunião em Manaus. Seria fundamental a interferência

do nosso Presidente para que viabilize o acesso, nesse momento é difícil passagem viagem para Manaus, devido aos voos estarem praticamente lotados, os preços das passagens nas alturas, para que pudéssemos prestigiar o parlamento e um colega da nossa Casa.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Obrigado Deputado, tomara que o nosso Presidente tenha a mesma sensibilidade que Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Vossa Excelência zela de um carinho, respeito muito grande por todos os seus colegas Deputados. É motivo de muito orgulho ter Vossa Excelência à frente do Parlamento Amazônico, composto por nove Estados da região norte. Diante do espírito democrático de Vossa Excelência, eu queria pedir que o convite fosse estendido ao nosso Governador para que ele possa participar, que deixasse as rivalidades partidárias de lado e fizesse esse convite ao Governador. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua – Deputado, agradeço a Vossa Excelência e quero dizer o seguinte: todos os convites foram feitos pela Assembleia Legislativa do Amazonas e se o Governador de Roraima não for, não é por falta de convite. Ele já foi convidado sim e Vossa Excelência está autorizado a convidá-lo também, pois já foi convidado pelo cerimonial da Assembleia Legislativa do Amazonas, com a assinatura do Presidente Ricardo Nicolau em conjunto com a minha. O Presidente Ricardo me ligou e eu disse que as instituições estavam acima das brigas e das questões pessoais. Não defendo os meus interesses e sim os do meu Estado e os da Amazônia. Portanto, se o Governador estiver lá para discutir os interesses de Roraima e da Amazônia, ele será bem vindo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia a todos. Eu queria tecer alguns comentários hoje a respeito da situação da educação no nosso Estado. Hoje, pela manhã, assistimos a uma matéria, meu caro Presidente da Comissão de Educação, onde foi veiculada uma informação de que crianças de escolas indígenas pertencentes ao Estado estavam assistindo aulas embaixo de mangueiras, e passou as imagens de uma escola do município de Normandia também nessa mesma situação. Essa problemática tem sido comum no interior do Estado. Há tempos vimos batendo nesta questão na Assembleia Legislativa, desde a legislatura passada e, felizmente, apesar da Assembleia Legislativa gritar, da oposição cobrar, parece que pelo menos os órgãos de controle e fiscalização agora estão agindo. Vimos, também, uma entrevista do procurador do Ministério Público Federal a respeito dos recursos federais, do FUNDEB, dizendo que já havia três inquéritos abertos contra o Governo do Estado para apurar porque essas escolas estavam nessa situação, que destino se dá ao dinheiro da educação nesse Estado. Recentemente, tivemos uma conversa informal com a Secretária de Educação e ela nos informou sobre essa realidade da Secretaria de Educação, que precisava enfrentar isso, mas que sozinha não iria conseguir sem ajuda da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado. Nós sabemos a responsabilidade da Secretária, ela está lá há pouco tempo e essa é uma realidade difícil, uma situação que se apresenta no nosso Estado e que tem que ser enfrentada pelo Governo do Estado. Infelizmente, não se vê nenhum movimento no sentido de resolver ou melhorar essa situação. Bastam ir aqui mais perto, na maloca do Araçá, para vocês verem a situação da escola, uma situação de calamidade pública, as portas caindo, a fiação aparecendo, isso desde o ano passado. Recentemente, eu estive lá para ver se a situação, no mês de março, com a comissão de educação. De lá para cá, como não foi feito nada, piorou a situação, está tudo caindo aos pedaços, é humilhante para os alunos, degradante para os professores e ninguém faz nada. Os computadores que a Secretaria de Educação enviou para as escolas estão encaixotados porque não existe a menor condição de funcionamento, não há energia adequada. Os computadores estão pegando chuva porque na sala em que estão armazenados todas as telhas estão quebradas. Eu nunca vi um descaso desse tamanho. A escola do 100, na qual o Deputado Sampaio esteve reunido recentemente com os moradores fazendo protesto, está há dois anos em reforma e a reforma não termina. Não se dá a mínima atenção nesse Governo para a questão da educação, parece que todo mundo no Governo é mal educado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Ionilson, parabéns pela preocupação com o nosso Estado, em especial com a educação. Gostaria de me manifestar a favor do discurso de Vossa Excelência, citando uma recomendação do

Ministério Público Federal, da Procuradoria da República no Estado de Roraima, diante das situações que vêm acontecendo na Secretaria de Educação de nosso Estado, sobretudo sobre a questão da merenda escolar, muito debatida, principalmente pela imprensa. O Ministério Público Federal fez recomendação a esta Secretaria e vou ler dois trechos: "a. considerando as informações prestadas ao Ministério Público Federal pelo Presidente do Conselho de Alimentação Escolar, a Senhora Rosimeire Queiroz informou de que o fornecimento da merenda escolar das Escolas Estaduais da rede de ensino, localizadas em Boa Vista, é terceirizado, pois o Estado contratou a empresa COAN para comprar e servir a merenda escolar; b. que por um longo período na vigência do contrato que a COAN forneceu a merenda escolar na ausência de alvará de vigilância sanitária; c. Que de segunda a sexta-feira a merenda escolar servida nas Escolas Estaduais da capital é apenas suco com biscoito, e que esse cardápio foi contratado pelo Estado, considerando que, na fiscalização in loco pelo Ministério Público Federal nas Escolas Estaduais, Coema Souto Maior e Ulisses Guimarães, nos dias 13 e 14 de outubro, foi encontrada bebida láctea visivelmente imprópria para o consumo, pois a bebida encontrava-se talhada, evidenciado que houve contaminação no preparo, além de estar condicionada em vasilhames, sem as mínimas condições de higiene".

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. Senhor Deputado. Uma vez por ano se melhora a situação das unidades escolares desse Estado. Eu estava lembrando, Deputado Joaquim, da minha infância. Nasci numa família pobre, nada nos assegurar o pão, se não fosse o entendimento que meu pai, apesar de ter apenas o primeiro grau, tinha, para nos mostrar que a única maneira de sairmos daquela situação, uma família de 10 filhos, era através da educação, talvez, hoje, estivéssemos pensando. Então, é preciso darmos uma condição adequada à educação desse Estado, precisamos melhorar a educação e nós, na Assembleia Legislativa, temos uma responsabilidade muito grande sobre isso, todos nós Deputados, situação e oposição, sob pena de sermos cobrados no futuro por nossa convivência, leniência, e até mesmo por sermos apáticos com relação a cobrarmos do Governo uma situação melhor para a educação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Deputado Ionilson, quero me referir a Deputada Ângela e ao Deputado Joaquim que também são professores. Eu estive, na semana passada, na região do Teso. Os índios de lá chegaram a queimar uma viatura, porque a viatura não fazia o seu papel que era transportar os alunos. A escola está em péssimas condições. Os alunos de Campos Novos estão estudando no Apiau por falta de professor e por falta de condição à escola. Alguns pais saem cinco horas da manhã para levar seus filhos para estudar no Apiau. Então, gostaria de pedir ao Presidente Chico Guerra, a Deputada Aurelina e a todos os nossos Pares, que façamos com que o Governador cumpra, principalmente com relação à educação, o seu dever de casa. Peça a Secretaria de Educação que cuide com carinho das escolas, dos professores e alunos, para que nossos alunos possam se formar e ter dias melhores.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. - Senhor Presidente, sei que o meu tempo já expirou, peço benevolência da Mesa, pois gostaria de ouvir os dois Deputados que faltam me apartear.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Toda transformação que acontece na vida do ser humano, numa comunidade, é através do estudo, do conhecimento, de informação, indispensáveis no mundo globalizado que vivemos hoje, por isso precisamos de uma educação de qualidade. O que não posso permitir é que toda maldição recaia sobre o Governador. Deputado Ionilson, nós vivenciamos num momento de uma incapacidade, de uma incompetência tão grande dos Prefeitos do interior do nosso Estado, na sua maioria, que não estão nem aí. E, quando falamos da centralização da merenda escolar, como o Deputado Brito falou, é preocupante, pois até o recurso do FUNDF está sendo desviado pelas Prefeituras. Se não houver a colaboração dos Prefeitos, e boa vontade em ter uma educação de qualidade, só o governo não resolverá a questão. O IBGE divulgou, no último senso, que nós tínhamos um índice de 7% de analfabetismo em Roraima. Hoje é 5%. No município de Alto Alegre temos o menor número, 1,8% de analfabetismo, sendo que há seis anos atrás tínhamos 23%. O compromisso do Prefeito faz diferença nos municípios. Às vezes não chegou ao conhecimento do Governador

a situação dessa escola que vossa Excelência está falando, mas vamos fazer com que chegue a ele, e pode ter certeza que a partir do ano que vem vamos ter uma escola de qualidade e um ensino de qualidade em Normandia. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Deputado Ionilson, ontem eu fiz um discurso aqui, sobre o problema das receitas das transferências constitucionais de um País chamado Brasil para os Municípios brasileiros e, parece-me que, naquele levantamento que foi feito, os Municípios de Roraima não fazem parte do Brasil porque são discriminados. O Deputado Mecias e o Deputado Chico Guerra levantaram aqui, ontem, esse debate sobre o problema dos royalties que o Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Estado do Espírito Santo cobram e exigem, que têm que ser respeitado como estão as coisas com o royalties do pré-sal em águas profundas a mais de 15 km de distância das terras do Estado do Rio de Janeiro. O que tem haver isso que eu estou lhe colocando com a educação indígena no nosso Estado? Federalizaram todas as áreas indígenas de Roraima prometendo um modelo diferenciado de desenvolvimento sustentável para os nossos irmãos índios. Porém, se não fosse o Estado, com todas as nossas dificuldades, os nossos irmãos índios estavam morrendo. E o que estão fazendo para não morrerem? Estão vindo para a periferia da cidade atrapalhar o projeto de governo do seu irmão, porque os garotos estão se drogando e as meninas se prostituindo. Esse é o retrato. A nossa Universidade Federal dá apoio para um cidadão chamado Márcio Santili, por isso que, depois do seu nobre discurso, eu vou me pronunciar dando prosseguimento ao que Vossa Excelência está aqui falando. Então, é muito simplório. Eu não quero aqui falar do Governador e sim de políticas públicas de Estado. Eu fico olhando a federalização que Vossa Excelência ontem falou, Deputado Chico Guerra, que o Rio de Janeiro quer royalties do petróleo que está a 15 km de suas terras. Aqui federalizaram tudo prometendo um projeto de desenvolvimento sem igual no Brasil.

Em relação a nossa Comissão, nós já estamos elaborando um calendário para irmos não só nas áreas indígenas, mas em todos os municípios e em todas as escolas da capital. Vamos desmembrar a nossa Comissão, já com autorização da nossa presidência, para que façamos um diagnóstico na área da saúde e da educação, no sentido de transformarmos isso num documento para que todos os Parlamentares possam se basear nos próximos orçamentos do Estado, tanto na área de educação quanto da saúde. Eu conto com a Vossa contribuição, com o Vosso apoio na nossa Comissão a começar de hoje, às 11:30h, com uma reunião com o Sindicato dos Servidores em Educação, no Plenarinho. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua - Já vou encerrar, Senhor Presidente, mas só complementando o aparte de Vossa Excelência, essa situação das escolas não estão acontecendo somente nas áreas indígenas, escolas da capital também estão em uma situação gravíssima. Eu havia dito, anteriormente, que sabíamos que o governo não poderia fazer tudo, mas é uma questão de se definir prioridades. No próprio Orçamento, por que não se define prioridades? O que é prioridades para esse Governo? Eu não sei o que é prioridade, se educação não é prioridade, pois deveria ser o item número um; se a saúde não é prioridade, anda cambaleando, o que é prioridade afinal?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Muito obrigado pelo aparte. Eu só queria me somar a sua fala no sentido de dizer que estive *in loco*, no Amajari, nas comunidades de Três Corações e em outras vizinhas, e constatei que todas as denúncias que trouxemos aqui ainda acontecem, alunos assistindo aula embaixo de mangueira, sem a mínima estrutura. Inclusive, eu tenho ofícios no meu gabinete de três ou quatro comunidades da Região do Amajari, pedindo telhas, cimento, ferro e outros materiais de construção, para, em forma de mutirão, tentar construir as escolas. Isso está acontecendo no Estado todo. E, para constatar mais ainda, acho que um documento vai ser entregue à Comissão de Educação, e que o SINTER tem um conselho representante das escolas, cada escola tem um representante. Eles se reuniram por dois dias seguidos e cada escola relatou seus problemas, estão gravados os depoimentos de pessoas relatando coisas absurdas aqui na capital, bem como no interior, e isso resulta em uma baixa qualidade de ensino. Nosso IDEB é um dos piores do Brasil, segundo as últimas pesquisas. Acredito que deva encaminhar junto, alguns projetos que devam melhorar a qualidade

do ensino e intensificar a fiscalização desse recurso aplicado pelo Governo do Estado. Temos, por exemplo, eleição direta para a escolha dos gestores, onde a comunidade, pais, alunos, servidores possam indicar e escolher o diretor da escola e fazer um trabalho em parceria com toda a comunidade escolar. É um dos Projetos que o SINTER defende, inclusive, vem para esta Casa através de iniciativa popular, e vem com força. Outro projeto do SINTER, e já estão nas ruas colhendo assinatura, de iniciativa popular, é a criação de mecanismos para fiscalizar as obras que envolvem construção e reforma de escolas, para que a comunidade tenha acesso ao Projeto e saiba a qualidade da obra, porque só tomam conhecimento por meio de uma bela placa, com: Reforma-se a escola, com um certo valor vultoso, mas a execução não se vê. Então, é preciso que a comunidade tenha acesso. É necessário informar a empresa que ganhou a licitação e essa empresa prestar esclarecimentos para essa comunidade, e se ela não cumprir esse quesito, segundo o processo, será penalizada. Então, são projetos como esse que irão melhorar a educação em nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Quero dizer ao Deputado **Brito Bezerra** que na hora que as Comissões resolverem se reunir, e quiserem seu projeto será discutido, apesar dele já ser uma ação de Governo desenvolvida pela Secretária de Educação, ou melhor, pela Secretária, e já executada em 50 escolas do Estado. Então, na hora em que a Comissão se reunir, e eu faço parte dela, sou Relatora e espero que os Senhores Deputados, realmente, decidam reunir as Comissões, votaremos os projetos que se encontram com os relatores. Um segundo ponto que eu tenho ouvido bastante, e eu digo muito isso aqui, é que nós vamos aprovar até 25 de dezembro o Orçamento do Estado de Roraima. Cabe aos Deputados, é função deles, e não há quem possa impedir, porque se for vetado, o veto pode ser derrubado, votar o orçamento do Estado e resolver todos os problemas que vocês estão colocando aqui. Isso é função nossa. Vamos alocar os recursos e vamos fiscalizar a execução. Vamos fazer isso. Estou convidando os Senhores Deputados. Peguem o orçamento do Estado que é muito grande, tem dinheiro sobrando, aí vocês vão construir todas as estradas dos projetos de assentamento que é responsabilidade do Governo, mas ninguém cobra, aí vocês vão pagar toda a saúde indígena para as ONG's levarem o dinheiro lá para fora. Vamos fazer isso, o Estado é rico, tem muito dinheiro. Vamos resolver todos os problemas porque nós temos poder para isso, a proposta de orçamento que chega aqui, nós podemos mudá-la de ponta a ponta, colocar recursos onde a gente achar que deve. Nós temos o dever, a obrigação constitucional de fiscalizar a execução do orçamento que a gente aprova. Então, eu concordo com tudo o que o Deputado disse, bem como os demais colegas e estou convidando os meus Pares a resolverem os problemas do Estado aqui, pois nós temos nas mãos um instrumento legal para isso. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Seria muito bom se o discurso de Vossa Excelência não fosse hipocrisia. Nós temos 08 Deputados de oposição e orçamento aqui só passa de acordo com o que o Governo quer. Por que Vossa Excelência não coloca suas emendas todas para a educação? Não venha com hipocrisia, Deputada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Eu só gostaria de esclarecer a nobre Deputada **Aurelina Medeiros**, minha amiga, que não é necessário a Comissão estar reunida para dar parecer ao projeto, faça o parecer e envie à Comissão que eu cobro do Presidente a reunião e a aprovação.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pegando o gancho do Deputado Ionilson, trago aqui uma matéria sobre o ISA, um instituto que tanto quer bem a Amazônia e, especificamente, ao nosso Estado de Roraima. O ISA é um Instituto Sócio Ambiental, uma ONG que também se beneficia de recursos públicos. E, é comandado pelo Senhor Márcio Santili, velho conhecido nosso. Ele se preocupa demais com o desenvolvimento do nosso Estado, com o desenvolvimento da Amazônia. Esse Senhor esteve aqui, junto com representantes da Universidade Federal de Roraima, fazendo um seminário sobre o desenvolvimento do nosso Estado. O senhor Mário Santili fez referência à construção da hidrelétrica de Belo Monte que, na minha opinião é uma das poucas alternativas para o desenvolvimento do nosso País na área de energia limpa. Ele entrou com uma ação para bloquear a construção da hidrelétrica Belo Monte, com o apoio da Universidade Federal de Roraima, cuja instituição está de costas para o desenvolvimento do nosso Estado, pois toda vez que um Reitor deixa o seu cargo, vai embora de Roraima. E, nós, cidadãos, pagamos a formação

desses Reitores. O Ex-Reitor Menezes, que faz parte da turma do frevo, termina o seu mandato e vai embora para Pernambuco. E aqui, só se fala na educação sob a responsabilidade do Estado, mas a educação dos nossos jovens universitários, a formação política deles fica sendo trabalhada no estilo Márcio Santili. E, eu anotei aqui algumas pérolas de sua entrevista. Uma delas: “O entendimento mútuo é o único caminho para o fim do conflito que se perpetua há anos no Estado com a criação de territórios indígenas e a formação de reservas ambientais. E, os não-índios acham que é um freio ao crescimento econômico do nosso Estado”. Mais adiante ele diz o seguinte: “Roraima tem um potencial imenso de diversidade cultural e ambiental, e esses dados poderiam ser usados em alguma estratégia para servir a um turismo diferenciado, cultural sobre a vida dos índios”. Imaginem um Estado com 450 mil habitantes fazer um turismo diferenciado baseado apenas na cultura indígena. Quem conhece a Venezuela sabe que a ponte de Gran Sabana explora o turismo indígena numa área bem específica. Mas, ele não é o poli radiador do desenvolvimento daquela área do Estado de Bolívar. E vai mais além: “E apenas para conhecer os diferentes ambientes desse Estado que é lindo.” Ressaltou”. Mais adiante ele diz: “Agora, já estão definidas as demarcações, e estão superadas as principais pendências existentes no passado. Temos que jogar energia de todos os setores dentro de uma agenda positiva e não de uma agenda de conflitos”. Ele vem ensinar história de Papai Noel para quem nasceu em Roraima e para quem escolheu esse Estado para viver.

Então, eu gostaria, Deputado Natanael, você que é um jovem com um futuro brilhante, que a Universidade Federal ouvisse um cientista e não esse senhor que não tem história e nem faz história, para vir dizer para nós e para os nossos alunos o que é melhor para a população de Roraima. O cientista e físico José Walter Vidal, que não precisa ser condecorado por ONGs fora do nosso País, coordenou um grupo de 150 cientistas brasileiros, responsáveis por dois projetos no nosso País que mais geraram empregos e desenvolvimento e que salvaram nos momentos mais difíceis da nossa economia, a balança comercial brasileira, que são: o Pró-álcool, um modelo para o mundo, e o Pró-óleo que naquela época era um sonho. E hoje, é uma realidade de biocombustíveis do dendê, do milho. E o que esse cientista diz: “Com o cultivo de 5% da área ocupada na Amazônia poderíamos, em cinco anos, produzir a biomassa energética, através do plantio de dendê, da mamona, da cana-de-açúcar e da soja. Isso representaria, em cinco anos, o dobro da produção de óleo, ou seja, da produção de petróleo da Arábia Saudita que é o maior produtor de petróleo do mundo. Não sou eu quem estou dizendo, e sim um cientista que coordenou dois projetos que deram a maior repercussão para economia e para o desenvolvimento do nosso País. E, ele vai mais longe. Os satélites do INPE revelam que mais ou menos 20% da área disponível na Amazônia, se nós usássemos nesses 20% que já estão inclusos os campos naturais de Roraima e os campos naturais do Amapá, nós faríamos um projeto de desenvolvimento na área energética para o País sem precisar derrubar uma única árvore. E, ele diz que esse é o único caminho para a Amazônia, para o desenvolvimento energético e para a prosperidade. Enquanto isso, o que faz a nossa Universidade Federal de Roraima? Associasse ao ISA, cujo o Presidente é o senhor Márcio Santili, para fazer um Seminário sobre o Desenvolvimento Sustentável, com o mérito de defender as grandes demarcações de áreas indígenas em Roraima. E ele, no passado, e eu tenho essa entrevista, dizia que os índios teriam que voltar para o seu processo primitivo de cultura. Imaginem os índios lá da Raposa, do Amajari voltarem para os seus processos primitivos. Então, por que a nossa Universidade não convida um cidadão, um cientista brasileiro desse nível? Por que não convida o analista ambiental Alfredo Lopes, professor da Universidade do Amazonas que diz: “ Bom senso para plantações de Biomassa, cana-de-açúcar, dendê, mamona e etc? Na realidade, são 32 oleaginosas confirmadas pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia, próprias para as áreas degradadas e para os campos naturais da Amazônia. Por que não apostar na bioenergia? As evidências dos satélites apontam as áreas degradadas do Pará e da Amazônia e as alternativas dos chamados campos naturais de Roraima e de Humaitá, no Amazonas, algo em torno de 20% de toda a área da Amazônia Legal. Ficaria descartada a derrubada de uma só árvore e acabaria com o grande sofisma e a paranóia conceituada das ONGS estrangeiras e nacionais infiltradas nas repartições federais do meio ambiente e fomento. Aí elas descobririam a eficácia de fazer o Brasil tratar suas árvores como a Índia trata suas vacas. O que eu quero dizer é que, enquanto ficamos discutindo o modelo de desenvolvimento, pesquisadores do INPE, analistas ambientais aqui do Estado vizinho,

que conhecem a nossa realidade, estão mostrando que não precisamos inventar a roda, que o Brasil, através de sua elite, precisa olhar Roraima como um polo de desenvolvimento e geração de riquezas para que possamos ter uma qualidade de vida igual às pessoas que residem no sul e no sudeste do nosso País.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Remídio Monai – Deputado Joaquim, acho isso interessante para Roraima, seria muito bom. Mas, veja bem, o Álvaro Callegari tem uma plantação de cana aqui na região do Bonfim, e há empresários com investimento alto para colocar uma usina para produzir álcool na região, só que ele está lá, e não consegue a licença da Secretaria do Meio Ambiente para plantar cana no lavrado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. – Quero terminar dizendo que o Governo Federal está tratando Roraima como a Índia trata suas vacas. O que a vaca é na Índia? Ela é sagrada, nós não somos sagrados, queremos o nosso bem estar.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores do auditório, meu bom-dia a todos. Faço uso dessa Tribuna para falar das minhas últimas ações como Deputado Estadual nesses 10 meses e 17 dias assentado nesse Parlamento.

Um ano antes de assumir essa vaga, sentia-me esperançoso, ansioso, com uma expectativa de vir a este Parlamento. Cheio de sonhos e vontades, porém, tinha a consciência, desde a minha primeira matéria de direito constitucional, que o poder de um Deputado Estadual é muito limitado. Durante a campanha política, chegava eu em alguns lugares e havia passado outros candidatos prometendo: “se eu for eleito, farei uma universidade no pintolândia; construirei um hospital no Alto Alegre”, sendo que isso não é competência do Deputado Estadual. Por essa razão, Senhores, depois desse tempo todo continuo da mesma maneira, esperançoso, não tão ansioso, mas certo de que nós, apesar do Poder limitado, temos que fazer a nossa parte. Continuo sonhador e como o colega falou, sem ter vergonha de tentar ser um carregador de piano, mas lamentável foi o que eu ouvi semana retrasada nesta Casa, afirmativas de alguns Deputados, inclusive antigos, que nunca um projeto de indicação foi executado e sequer foi respondido pelo Executivo. Contudo, digo aos Senhores que vou continuar esperançoso, continuarei fazendo minhas proposições de indicações, propondo as reformas de escolas, as construções de unidades de saúde, a recuperação e construção de estradas, porque acho que esse Parlamento tem o dever de fazer a sua parte. E, a minha parte estou fazendo, porque se os outros não fizerem, tenho como responder ao povo: a minha parte eu fiz, fiscalizei e mostrei, se não fui respondido, a população vai saber de quem é a culpa se os gestores não executaram. Acho que temos que trabalhar com o poder que temos, se o nosso poder é de fiscalizar, indicar, de apresentar soluções, vamos em frente. Continuarei ouvindo as classes, como os demais colegas, como o Deputado **Soldado Sampaio** que também já ouviu, e creio que outros também, a classe dos professores, o SINTER que veio a esta Casa colocar suas reivindicações. E, eu fui claro em dizer para eles que há coisas aqui que não têm como passar, mas o que eu puder fazer na Comissão de Orçamento para ver se consigo atender essas reivindicações, vai ser feito, sem vender ilusões.

Ouvi também a UERR. Os Deputados Joaquim e Célio Wanderley fazem parte da Comissão de Educação, e me ofereci para acompanhá-los. Fui, ouvi as reivindicações, e como eu disse aos profissionais do SINTER, ano que vem já não temos mais nada a fazer porque o orçamento já estará aprovado, temos que ouvir essas reivindicações agora, o momento é agora. Li hoje na folha de Boa Vista que o Deputado Brito havia chamado a sociedade para discutir o orçamento. Concordo com o Deputado, é esse o momento, mas não podemos vender ilusões de que tudo é fácil. Ouvi a classe dos profissionais de saúde e a última que eu ouvi, Senhores, foi a classe de alguns produtores rurais aqui do nosso Estado que vieram reclamar sobre uma ação que o Ministério público propôs para extinguir o benefício da lei 215, de 98. Então, Senhores, a minha parte eu fiz, está aqui o ofício respondido pela SEFAZ, enviei um ofício solicitando a relação dos produtores beneficiados por esta lei 215. No mesmo ofício solicitei também a SEFAZ que fizesse um estudo de readequação desta Lei, para nos ajudar dentro desta Casa a corrigir falhas na lei 215/98, dentre elas, uma não que eu não concordo é a isenção do IPVA para veículos rurais. O veículo que é de utilidade rural já tem essa isenção e não paga IPVA, por isso que essa lei tem que ser revista

dentro desta Casa. Eu pedi, também, que fosse fiscalizado quem é ou não produtor, porque dizem que há pseudos produtores que utilizam anos dessa lei, mas fazem o desvio da finalidade dela. Mas, não são todos, conheço gente que realmente produz e acredita nesse Estado, e que correu o risco de ser prejudicado pela justiça com a perda desse benefício. Essa é uma lei interessantíssima, e vou usar uma máxima de direito que aprendi na faculdade parafraseando um estudioso: “é melhor 10 culpados soltos, do que um inocente preso”. E, acabar com essa lei, acabar com esse benefício, é prejudicar 130 produtores. Eu tenho certeza que há gente com desvio de finalidade, mas, também, há muita gente trabalhando, e esses não podem ser penalizados. E cabe a justiça, ao Ministério Público, ao Executivo, a Secretaria da Fazenda e ao Legislativo fiscalizar através da Comissão, Deputado Gabriel, da qual o Senhor é o Presidente, quem é produtor, quem está sendo beneficiado e quem está no desvio de finalidade, e tomar as providências necessárias.

Antes de conceder o aparte ao Deputado **Coronel Chagas**, quero terminar esse discurso falando de uma Proposta de Emenda à Constituição que foi protocolada ontem nesta Casa, sobre as terras do nosso Estado, que hoje, talvez, seja o assunto de maior relevância para o desenvolvimento desse Estado. E, a proposta assinada por quinze Deputados não precisa ser colocada como matéria de urgência urgentíssima, porque só a matéria por si só já diz que precisa de urgência.

Quero ler a referida Emenda para Vossas Excelências, apesar dos Senhores já terem o conhecimento dela, já que 15 Deputados assinaram e tomaram conhecimento.

“Artigo 33 – autorizar, previamente, a alienação e sessão a título oneroso de bens e móveis no Estado com áreas superiores a 2 mil metros quadrados e urbanos, e 500 hectares se forem de área rural. Dessa maneira aqui, não vai passar pelo crivo desta Casa as pequenas propriedades rurais, os participantes da agricultura familiar. E, aditando-se ao inciso 6º, letra “a” do mesmo artigo 33, a seguinte redação: “ permitir a expedição de títulos de propriedade pelo órgão competente a áreas urbanas acima de 2 mil metros, e rurais acima de 500 hectares”, após análise dos procedimentos técnicos realizados, considerando nessa condição título de pessoas físicas, porque da maneira como está, dificilmente esta Casa vai poder analisar essa regularização de terras dentro do Estado de Roraima. Não é colocando descrédito a nenhum órgão competente, mas eu tenho certeza que os 24 Deputados, representantes do povo, devem fazer como fizemos na Comissão, andamos no Estado realizando as audiências públicas sobre a criação de novos Municípios, e por que não esta Casa criar as Comissões Externas Especiais para a regularização das terras?”

Então, nobres colegas, conto com o apoio de vocês para a aprovação dessa PEC, e digo mais, todos os Deputados sabem a aprovação só depende da vontade dessa Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Queremos parabenizá-lo pelo Vosso posicionamento e pela Vossa ação em relação à Lei 215/98. Quero dizer também que estive na SEFAZ, com o Secretário, verificando quais eram as medidas que o Governo estava adotando em relação a isso. Nós devemos separar o joio do trigo, porque, acredito que deve chegar aqui aos Deputados, todos os meses, diversas informações no tocante a essa questão. Obtive informações de que há pessoas que não têm um trator na sua propriedade rural e que consumiam milhares de litros de diesel todos os meses, com isenção que esta lei estende. Ora, ele não tem um trator para arar a terra, mas tem empresa de construção. Então, acredito que podemos contribuir no sentido de, a partir do momento que recebermos a relação das empresas e dos agricultores que são beneficiados pela Lei 215, fiscalizar isso, pois o papel do Deputado não é só legislar, é, principalmente, fiscalizar. E, poderemos fazer isso através das Comissões de Agricultura, Orçamento ou qualquer outra Comissão, a fim de verificar o que está acontecendo, porque esta Lei é altamente benéfica para o bem do Estado, tem gerado emprego, tem gerado renda. E, aí, porque uma meia dúzia de pessoas estão se beneficiando de forma equivocada, desviando a finalidade da Lei, mais de 100 serão prejudicados caso não seja esclarecido isso. Então, coloco-me à disposição de Vossa Excelência e desta Casa, no sentido fazermos essa fiscalização e cobrarmos, senhor Presidente, do Governo e da Secretaria da Fazenda, essa relação, para verificarmos de que forma essas pessoas estão sendo beneficiadas e se, efetivamente, elas fazem jus a esse benefício. Com relação a sua PEC, pode ter certeza que nós vamos debatê-la e o G5 vai olhar com bastante carinho e procurar contribuir para aperfeiçoar essa Proposta de Emenda à Constituição. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo pelo mandato. Acredito que seu eleitor está orgulhoso pela sua atuação. Somos colegas de coligação, trabalhamos juntos em alguns momentos e, acredito que a sua formação acadêmica ajuda-o ainda mais a exercer seu mandato com tanta maestria. Quero me somar a Vossa Excelência no tocante a PEC, a PEC das terras, vamos dizer sim. Concordo com Vossa Excelência e tenho trazido a esta Casa muitas informações e denúncias, cobrando e dando sugestões também, para termos uma atenção especial para este momento ímpar que vive Roraima. Roraima passou anos sendo Município do Amazonas, depois anos como Território e, finalmente, transformou-se em Estado. Foi uma luta muito grande para termos essas terras em posse do Estado e nós não vamos ter um segundo momento, a hora é agora. E, precisamos fazer com responsabilidade essa transferência de terras, reconhecer as pessoas que são merecedoras e estão no interior produzindo e gerando renda, dar os títulos a estas pessoas para que elas possam se capitalizar, buscar empréstimos, ter a terra como garantia junto aos bancos de desenvolvimento, para buscarem recursos e desenvolverem o nosso Estado, mas, também, temos que estar atento a essa grilagem de terras que está se instalando no nosso Estado. Não é só um posicionamento da oposição, não são só denúncias vazias, são fatos concretos. Está, inclusive, na capa do Jornal de hoje, a Associação dos moradores do Cujubim relatando, e sabemos que no baixo Rio Branco não é diferente, bem como em outros Municípios como Rorainópolis, que está havendo uma grande demarcação de terras sem critério nenhum, pessoas chegando e demarcando terras com o mapa, sem nem conhecer o local. O Deputado Mecias já trouxe moradores aqui dizendo que pessoas de outros Estados estão comprando por FAX, E-mail, por telefone terra em nosso Estado. Então, a sua proposta, com certeza, contemplará esse momento para intensificarmos os mecanismos de controle dessas terras. Acho que temos que colocar isso em regime de urgência, votar ainda este ano essa PEC para que esta Casa tenha o poder efetivo, enquanto órgão fiscalizador, de acompanhar para quem estão indo essas terras de Roraima. Portanto, quero me somar a Vossa Excelência para apoiá-lo nesta PEC e parabenizá-lo pela sua atuação enquanto parlamentar. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa brilhante e, quero também de dizer que, com a mesma preocupação com a Lei 215, que beneficia a classe produtora do nosso Estado, um segmento que é a saída para alavancar a nossa economia, nós buscamos aprovar um requerimento aqui nesta Casa e aprovamos, e todos os Deputados assinaram, para aqueles produtores que são beneficiados e que enviam seus relatórios mensais para a Secretaria Estadual da Fazenda, que o Secretário disponibilize esses relatórios a esta Casa para podermos analisar quais são os benefícios? Quem são os beneficiados e até que ponto foram beneficiados? Com quanto? Por quê? Para que, a partir daí, possamos fiscalizar. Como Vossa Excelência, também tenho denúncias de pessoas que compraram milhares de cerâmica, da melhor qualidade, porcelanatos para construir suas casas na área rural e comercializaram aqui esse tipo de produto no mercado local. Isso é grave, eles estão desrespeitando a Lei, estão desvirtuando a 215 e causando uma concorrência desleal com aqueles que pagam impostos e estão comercializando nas lojas de materiais de construção. Isso é gravíssimo. E, nós vamos ter essa incumbência de analisar esses processos e de fiscalizar se essas pessoas foram beneficiadas de maneira irregular, para tomarmos providências no sentido de denunciar às autoridades competentes que sejam devolvidos aos cofres públicos esses recursos. Parabéns e obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chico Guerra** – No início de seu pronunciamento estava olhando para Vossa Excelência e voltei no tempo lembrando o dia em que aqui cheguei, novinho, assim como Vossa Excelência, sem nenhuma experiência, mas com uma vontade tão grande de mudar o mundo como o Senhor. E, a decepção foi do mesmo tamanho, pois pensamos que podemos muito e podemos muito pouco. Mas, não desanime não, em um dado momento Vossa Excelência vai descobrir que pode contribuir muito para que este Estado cresça. Com a sua inteligência, com a sua determinação e com a sua vontade, sem sombra de dúvida vai ser um marco da sua geração como um bom

político. Vossa Excelência tem tino, tem sensibilidade e aquilo que foi dito no início do seu pronunciamento é aquilo que sempre imaginei que um bom político deve ter, que é a sensibilidade de saber e de sofrer junto com os problemas do dia a dia da nossa população. Não perca essa sensibilidade. Se Vossa Excelência continuar com essa sensibilidade, vai ser político por muitos anos. Não desanime, toque o barco que achará o seu caminho para ajudar e muito essa população tão carente. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo e dizer que meu aparte é mais ou menos na linha do aparte do Presidente. Também comecei aqui jovem e vou contar uma passagem para Vossa Excelência ver como as coisas funcionam, mas peço que não desista de suas atividades. Sou médico, e quando assumi aqui na Assembleia Legislativa nós fomos fazer a primeira Constituição do Estado, e a primeira coisa que fiz, antes de fazer parte da Comissão de Educação, foi pegar uma passagem e ir para o interior de São Paulo, onde tinha feito residência, para in loco, principalmente naquela região de Riberão Preto e Araras, que é uma região que tem uma boa qualidade de saúde, coletar subsídios para nós usarmos na nossa Constituição. Só que, quando cheguei em Boa Vista, depois da posse, o Presidente era o Ex-Deputado Flávio Chaves, que não me deixou participar da Comissão de Saúde. Então, essa foi minha primeira decepção. Na realidade, quem foi indicado para Presidente da Comissão de Saúde foi o Ex-Deputado Ramiro Teixeira, também médico, e tinha como membros a Ex-Deputada Odete Domingues, a Ex-Deputados Noêmia Bastos, e eu, devido aos acordo feitos, fiquei de fora. Sentia-me exatamente como Vossa Excelência está se sentindo, mas tive a oportunidade de participar e apresentar minhas ideias. Eu tive o Ex-Deputado Otoniel como meu interlocutor dentro da Comissão para que pudéssemos efetivamente colocar aquilo que nós gostaríamos que estivesse na Constituição. Com relação à Lei 215, houve várias denúncias, várias histórias de que as pessoas usaram e usam de má-fé com ela. Tenho e tive a oportunidade de acompanhar bem de perto o desenrolar da Lei 215, participei de várias reuniões na SEFAZ com a Procuradoria Geral do Estado, junto com os representantes dos fiscais da SEFAZ, representantes do ITERAIMA, representantes de todos os órgãos envolvidos na questão da Lei 215, e uma coisa ficou bem clara para mim, o Governo tem como fiscalizar 100% das ações, pois tudo passa pela SEFAZ. Quando se diz que o fulano comprou um porcelanato, comprou material para fazer a casa dele no interior, o governo tem como fiscalizar, até fiz um questionamento no dia que soube para o Procurador do Estado. Isso não significa que porque você mora no interior, não pode ter conforto, até porque, o Ministério Público do Trabalho exige que a gente dê aos nossos funcionários do interior uma condição digna, que tenha um banheiro com azulejo, para que a pessoa usar com dignidade. O que falo, não é sobre a questão do que se compra, mas se o que se compra é aplicado. Sobre a questão dos combustíveis, que é o maior problema da Lei 215, para a pessoa ser beneficiada com a Lei, ela precisa apresentar um projeto feito por órgãos como a COOPECARNE, o GRÃONORTE, o HORTIFRUTI entre outras, do que vai fazer durante o ano, e só pode pegar aquilo que está dentro do projeto. Se colocou que vai plantar 200 hectares de milho e que para isso vai ser preciso 1000 litros de combustível, é muito fácil fiscalizar se foi plantado ou se só foi pego o combustível. Então, não existe nenhuma dificuldade em relação à Lei 215. O que disse para o Deputado Flamarion é que o que acontece com a Lei 215 é a má informação a respeito dela. Quando o Ministério Público solicitou informações, não questionou se ela tinha convênio com o CONFAZ, e tomaram uma decisão baseados em fatos que não correspondem a realidade. A Lei 215 tem um benefício essencial para o Estado de Roraima, é só olhar para o rebanho bovino que capengava em 400 a 450 cabeças, e hoje estamos caminhando para chegar a 1.000.000 cabeças. E, é lógico que a Lei 215 ajudou nessa questão. Com relação ao mau uso, cabe-se punir rigorosamente a quem está fazendo o mau uso da Lei. Se for constatado que no projeto está combinado plantar soja e o agricultor não plantou nada, tem que devolver com juros e correção monetária tudo que recebeu, além de ser multado e penalizado. Nós não podemos deixar que a política influencie nesta questão da fiscalização, pois é como falei para o Deputado Flamarion, por exemplo, se ali há uma vaca que está com carrapato, ao invés

de você retirar o carrapato e cuidar da vaca, mata-se a vaca, quer dizer acaba com o carrapato, com a vaca e com tudo. Na realidade, precisamos analisar essa questão com bastante cuidado, pois o nosso Estado precisa produzir, e a renúncia que o Estado faz tem em contrapartida o benefício de mais renda, mais emprego que é gerado com a aplicação dessa Lei, ou seja, temos que haver a Lei 215 com cuidado, mas precisamos corrigir as distorções para que tal fato não venha a prejudicar o desenvolvimento de Roraima. Outra coisa que tenho dito, e já falei até ao Governador quando tivemos oportunidade de discutir o assunto, é que hoje, nosso Estado se localiza em uma posição geográfica altamente desfavorável com relação ao Brasil. Nós podemos produzir aqui e pensar exportar para Manaus, Santarém, o Norte do Pará e mais nada. Se produzimos pensando no mercado brasileiro, não tem nem como, por causa da distância e da dificuldades do nosso Estado, ainda mais se não tivermos incentivo do Governo. Se nós acharmos que vamos desenvolver o Estado com esses quatro gatos pingados de empresários que têm aqui, não vamos. É pensar muito pequeno Para desenvolvermos esse Estado, temos que atrair empresários de fora que tragam recursos que possam desenvolver este Estado, pois ninguém vem de fora aplicar seus recursos aqui, se não tiver a garantia de que vai obter lucro.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** continua – Deputado Célio, aproveitando que Vossa Excelência está colocando que para os empresários virem de fora eles precisam de duas coisas: a garantia da terra e a garantia desses benefícios, acho oportuna a discussão para que o benefício aqui permaneça, pois é um benefício a nível nacional e, principalmente, é a segurança da terra. E, é por essa razão, que eu, por mais que seja um jovem Deputado, estou propondo aos demais colegas que essa segurança de que a regularização das terras vão ser feitas de maneira limpa e clara, é que acho mais que justo esta Casa participar maciçamente desse processo de regularização.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Eu falei sobre três coisas no meu primeiro mandato aqui. Que o nosso Estado só ia se desenvolver no dia que ele tivesse estradas trafegáveis e confiáveis, energia elétrica confiável e posse definitiva de suas terras. Temos que ter esse tripé. As estradas até que estão mais ou menos confiáveis, mas não temos um porto para exportar nossos produtos, a nossa energia, apesar de ser uma energia confiável, depende de um país que tem uma instabilidade política muito grande. Entretanto, já temos em andamento a interligação da rede elétrica com o resto do País. Então, nosso principal gargalo ainda é as nossas terras. Enquanto não houver a definitiva transferência total das glebas de terras para o Estado para que Roraima possa dar a garantia aos produtores, vamos continuar com esse discurso de que todo ano nós vamos crescer, de que todo ano vamos plantar 1000 hectares de soja e quando chega o ano seguinte, só se plantou 5 hectares porque os produtores não tiveram como exportar a produção anterior. Então, todas essas questões têm que ser repensadas. Quem vier a governar este Estado tem que pensar nessa situação, pensar grande, pois se continuar pensando de forma pequena, vamos continuar com esse discurso de que só poucos empresários podem crescer e não uma quantidade suficiente para desenvolver o Estado como um todo, porque senão, vamos ver a agricultura familiar que é a principal fonte de emprego hoje nesse país, ser incipiente. Apesar de termos uma série de assentamentos aqui no Estado, que deveriam produzir emprego e renda, devido à falta de apoio aos colonos, que são as principais fontes de empregos que temos no País, vamos continuar nesse mesmo patamar, porque eles vão para lá e não dão a mínima assistência para eles que não têm como sobreviver. Então, os colonos acabam saindo dos assentamentos para a periferia da cidade para sofrer no final da vida, sem contar que eles levam seus filhos para lá, e não têm condições de dar uma educação de qualidade que é o principal caminho que temos para melhorar de vida. Esse

é um exemplo meu, seu e da grande maioria desses que estão aqui, pois a educação mudou a história de nossas vidas. Ela é a condição que eles têm lá para fazer com que os filhos possam se desenvolver como nós, também. Vi o Ionilson fazendo essa colocação, e fiquei me imaginando na mesma condição, porque se nós não pensamos diferente, não vamos mudar essa situação.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** continua – Em primeiro lugar, Deputado Célio, eu é quem deveria agradecer pelo seu aparte. Senti-me lisonjeado pelo aparte de dois Deputados que estão nesta Casa desde o início, Deputado **Chico Guerra**, do qual fui cabo eleitoral mirim e eleitor, e do Deputado **Célio Wanderley**. Senhor Presidente, dois colegas, que apesar de serem da oposição, Deputado **Soldado Sampaio** e Deputado **Brito Bezerra**, para mim, são uma balança do trabalho que estou desenvolvendo e da postura que eu estou mantendo e pretendo manter dentro deste mandato. Então, boa sorte. Lisonjeado mesmo eu vou ficar quando essa PEC for aprovada, para que nós possamos desenvolver nossas ideias, nossos trabalhos. Então, muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais Oradores inscritos para o grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação do Requerimento nº 060/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que a Sessão do dia 22 de novembro seja transformada em Audiência Pública, em apoio a Primeira marcha pelo fim da violência contra a mulher.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, peço o apoio dos demais colegas pela aprovação do Requerimento, em virtude da importância que é essa Audiência Pública tem para nós, para este Poder, ao fomentar essa discussão no sentido de desenvolver políticas públicas efetivas no combate à violência contra a mulher. Somos detentores de um triste recorde, somos o segundo Estado, proporcionalmente, de acordo com as estatísticas, mais violento do Brasil, no tocante a violência contra mulher. Existe um grupo de mulheres, uma entidade que vem há meses trabalhando, visitando as escolas, fazendo reuniões, usando as redes sociais da INTERNET, no sentido de trazer para esta Casa uma discussão ampla e profunda, para buscarmos sugestões, investimentos e políticas públicas efetivas contra a violência contra a mulher. Então, peço aos colegas que votem sim e que venham participar e ouvir essas mulheres. Por isso, peço o apoio de todos para fazermos essa Audiência na terça-feira, para que possamos dar essa oportunidade a essas mulheres. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais quem queria discutir o requerimento, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, e convoco outra para o dia 22, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 22/11/2011





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

